

Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



TÍTULO DO TRABALHO			
A lei geral da acumulação capitalista e as relações de trabalho hoje			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Marcelo Badaró Mattos	Universidade Federal Fluminense	UFF	Professor
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>A intenção desta comunicação é debater a atual configuração das relações de trabalho nas economias capitalistas, tendo em vista questões como desemprego, precariedade, insegurança no trabalho, relacionando-as ao perfil da classe trabalhadora. O ponto de partida será a discussão das análises de Marx sobre superpopulação relativa, exército industrial de reserva e composição da classe trabalhadora, especialmente aquelas presentes no capítulo 23 de <i>O Capital</i>, sobre a lei geral da acumulação capitalista.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
trabalho, classe trabalhadora, superpopulação relativa			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>The intent of this paper is to discuss the current setting of labor relations in capitalist economies, in view of issues such as unemployment, job insecurity, precariousness, relating them to the profile of the working class. The starting point will be the discussion of the analysis of Marx's relative surplus population, industrial reserve army and composition of the working class, especially those found in Chapter 23 of <i>Capital</i>, on the general law of capitalist accumulation.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
labor, working class, surplus population			
EIXO TEMÁTICO			
Poder, Estado e Luta de Classes			

A lei geral da acumulação capitalista e as relações de trabalho hoje

Marcelo Badaró Mattos
Universidade Federal Fluminense

Este artigo possui um duplo e indissociável objetivo. Pretende-se discutir o quadro atual de crescimento e predomínio de um perfil “precário” da classe trabalhadora ao redor do mundo à luz da formulação da “lei geral da acumulação capitalista”, expressa por Marx em *O Capital*. Assim, procura-se ultrapassar a aparência superficial de um declínio da classe trabalhadora, frente ao crescimento do desemprego e do trabalho precário (em suas várias manifestações), em direção a uma análise das especificidades do crescimento da “superpolação relativa” no capitalismo contemporâneo, tendo por referência o texto de Marx e comentários nele inspirados por parte de autores mais recentes. Por outro lado, a discussão do Capítulo XXIII d’*O Capital*, nos serve como uma excelente ilustração sobre o método de Marx.

Iniciaremos com a discussão sobre o texto de Marx, ao que se seguirá uma recuperação de algumas informações sobre o perfil atual do trabalho no capitalismo contemporâneo, analisadas sob a ótica da discussão sobre “a lei geral da acumulação capitalista”, de forma a concluir com um debate sobre a atualidade da discussão apresentada por Marx em 1867.

I- A “lei geral” e o método de Marx em sua crítica da economia política

O vigésimo terceiro capítulo de *O Capital*, “A lei geral da acumulação capitalista” é um texto chave para a discussão levada adiante nas últimas décadas sobre a classe trabalhadora diante das (re)configurações recentes da economia capitalista. Mas, é também um dos melhores momentos de *O Capital* para que compreendamos o método de análise marxiano. Para os que conhecem bem o texto, peço desculpas pela recuperação de muitas passagens, procedimento que julguei não apenas necessário para os que não estão familiarizados com *O Capital* como também importante por explicitar os aspectos mais valorizados na leitura que aqui proponho.

Podemos começar pela própria enunciação daquela que Marx chama de “lei geral, absoluta, da acumulação capitalista”:

“Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim,

quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. Como todas as outras leis, ela é modificada, em sua aplicação, por múltiplas circunstâncias, cuja análise não cabe realizar aqui.”¹

Para chegar a essa formulação, Marx segue um determinado percurso expositivo. Na primeira parte do capítulo, demonstra a demanda crescente de força de trabalho para a acumulação de capital, explicando a questão da composição do capital:

“A composição do capital deve ser considerada em dois sentidos. Sob o aspecto do valor, ela se determina pela proporção em que o capital se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, a soma total dos salários. Sob o aspecto da matéria, isto é, do modo como esta funciona no processo de produção, todo capital se divide em meios de produção e força viva de trabalho; essa composição é determinada pela proporção entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho exigida para seu emprego. Chamo a primeira de composição de valor e a segunda, de composição técnica do capital. Entre ambas existe uma estreita correlação. Para expressá-la, chamo a composição de valor do capital, porquanto é determinada pela composição técnica do capital e reflete suas modificações, de composição orgânica do capital. Onde se fala simplesmente de composição do capital, entenda-se sempre sua composição orgânica.”²

Porém, se a necessidade de força de trabalho é crescente no processo de acumulação - “Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado”³ -, essa tendência poderia levar a uma situação em que o crescimento da demanda por força de trabalho poderia gerar uma melhoria progressiva das condições salariais dos trabalhadores e, portanto, de suas condições de existência sob o capitalismo. Para a maior parte das explicações da economia política que critica, a regulação dessa tendência seria dada pela própria dinâmica populacional e a resultante de longo prazo levaria a um equilíbrio entre oferta e demanda de força de trabalho que garantiria os lucros do capitalista e um padrão de vida digno para o proletariado. Marx, no entanto, explica que a demanda por força de trabalho é crescente quando a acumulação se dá sob uma composição orgânica do capital constante, condição que não corresponde à dinâmica real da acumulação capitalista. Nesta última prevalece a lógica da extração de mais valor, em que “a força de trabalho é comprada, [...] não para satisfazer, mediante seu serviço ou produto, às necessidades pessoais do comprador. O objetivo perseguido por este último é a valorização de seu capital, a produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que o que ele paga, ou seja, que contenham uma parcela de valor que nada custa ao comprador e

¹ Karl Marx, *O capital: crítica da economia política, Livro I, o processo de produção do capital*, São Paulo, Boitempo, 2013, pp. 719.720 (grifos de Marx).

² *Ibidem*, p. 689.

³ *Ibidem*, p. 690.

que, ainda assim, realiza-se mediante a venda de mercadorias. A produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção.”⁴

Por isso, a demanda crescente por força de trabalho é contrabalançada pelo fato de que a acumulação capitalista leva à concentração e centralização de capitais, como resultado de um processo de alteração da composição orgânica do capital, tema da segunda parte do capítulo. Assim, o capítulo XXIII é também o espaço privilegiado para a discussão dessa questão central na explicação marxiana do processo de acumulação capitalista. No princípio da explicação de Marx está a discussão do aumento da produtividade do trabalho - expressa no “volume relativo dos meios de produção que um trabalhador transforma em produto durante um tempo dado”⁵ -, que está relacionada à crescente incorporação de tecnologia ao processo de produção. Assim, “seja ele condição ou consequência, o volume crescente dos meios de produção em comparação com a força de trabalho neles incorporada expressa a produtividade crescente do trabalho”.⁶

Um reflexo desse processo é o aumento da fração de capital constante em relação à de capital variável na composição do capital. Marx segue sua exposição, explicando como, após o ponto de partida posto pelo processo de “acumulação primitiva” (detalhado no capítulo seguinte), a concorrência e o sistema de crédito impulsionam a concentração de capitais em volumes cada vez maiores. Explica também o processo de centralização, que leva os detentores de capitais capazes de incrementar a produtividade do trabalho e obter maiores taxas de mais-valor, a seguirem incorporando fatias de mercado ou propriedade de outras empresas em um processo de centralização do capital. Em um parágrafo de síntese, Marx explica:

“Essa fragmentação do capital social total em muitos capitais individuais ou a repulsão mútua entre seus fragmentos é contraposta por sua atração. Essa já não é a concentração simples, idêntica à acumulação, de meios de produção e de comando sobre o trabalho. É concentração de capitais já constituídos, supressão [Aufhebung] de sua independência individual, expropriação de capitalista por capitalista, conversão de muitos capitais menores em poucos capitais maiores. Esse processo se distingue do primeiro pelo fato de pressupor apenas a repartição alterada dos capitais já existentes e em funcionamento, sem que, portanto, seu terreno de ação esteja limitado pelo crescimento absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. Se aqui o capital cresce nas mãos de um homem até atingir grandes massas, é porque acolá ele se perde nas mãos de muitos outros homens. Trata-se da centralização propriamente dita, que se distingue da acumulação e da concentração.”⁷

⁴ Ibidem, p. 695.

⁵ Ibidem, p. 698.

⁶ Ibidem, p. 699.

⁷ Ibidem, pp. 701-702

Tendo em vista que a elevação da produtividade do trabalho é requisito e, cada vez mais, consequência desse processo, com a centralização “uma massa menor de trabalho basta para pôr em movimento uma massa maior de maquinaria e matérias-primas”.⁸ Uma decorrência necessária da centralização é, portanto, o decréscimo absoluto da demanda por trabalho. Esse é o contexto necessário para que Marx explore a seguir, na terceira parte do capítulo, a questão da “superpopulação relativa” ou “exército industrial de reserva”.

Após explicar como com “o avanço da acumulação modifica-se [...] a proporção entre as partes constante e variável do capital”, Marx chama a atenção para o fato de que, “como a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital total, mas por seu componente variável, ela decresce progressivamente.” Mas, o próprio processo de acumulação capitalista acaba por produzir, expandindo-se por novos territórios - físicos e sociais - uma população trabalhadora adicional, “relativamente excedente”, “suplementar”, “supranumerária”.⁹

Essa “superpopulação relativa”, que é “produto necessário” da acumulação, também se constitui em “alavanca” da acumulação capitalista, por representar um “exército industrial de reserva”, disponível para ser explorado pelo capital, independentemente do aumento populacional.¹⁰ A cada novo setor desbravado pela expansão capitalista ela estará disponível para produzir mais-valor, na mesma medida que sua abundância garante ao capital a possibilidade de manter os salários dos efetivamente empregados em um nível suficientemente baixo para que os processos cíclicos de variação da taxa de lucro não signifiquem um freio definitivo à acumulação. Ao cabo desse percurso explicativo, Marx estará pronto para avançar, demonstrando que “toda a forma de movimento da indústria moderna deriva, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em mão de obra desempregada ou semiempregada.”¹¹

Nesse ponto do texto, Marx avança uma síntese, introduz o elemento da conscientização dos trabalhadores sobre a lógica desse processo de exploração intensificada a que se submetem, e apresenta mais uma crítica aos economistas políticos em sua incapacidade intrínseca para explicar a questão da superpopulação relativa. Dada a importância da sequência de argumentos, vale a pena uma citação mais longa:

“O capital age sobre os dois lados ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação aumenta a demanda de trabalho, por outro, sua ‘liberação’ aumenta a oferta de trabalhadores, ao mesmo tempo que a pressão dos desocupados obriga os ocupados a

⁸ Ibidem, p. 704.

⁹ Ibidem, pp. 705-706.

¹⁰ Ibidem, p. 707.

¹¹ Ibidem, p. 708.

pôr mais trabalho em movimento, fazendo com que, até certo ponto, a oferta de trabalho seja independente da oferta de trabalhadores. O movimento da lei da demanda e oferta de trabalho completa, sobre essa base, o despotismo do capital. Tão logo os trabalhadores desvendam, portanto, o mistério de como é possível que, na mesma medida em que trabalham mais, produzem mais riqueza alheia, de como a força produtiva de seu trabalho pode aumentar ao mesmo tempo que sua função como meio de valorização do capital se torna cada vez mais precária para eles; tão logo descobrem que o grau de intensidade da concorrência entre eles mesmos depende inteiramente da pressão exercida pela superpopulação relativa; tão logo, portanto, procuram organizar, mediante *trade's unions* etc., uma cooperação planejada entre empregados e os desempregados com o objetivo de eliminar ou amenizar as consequências ruins que aquela lei natural da produção capitalista acarreta para sua classe, o capital e seu sicofanta, o economista político, clamam contra a violação da “eterna” e, por assim dizer, “sagrada” lei da oferta e demanda. Toda solidariedade entre os ocupados e os desocupados perturba, com efeito, a ação “livre” daquela lei.”¹²

A conclusão do parágrafo é particularmente relevante para a discussão sobre a realidade dos países àquela altura coloniais ou recém-saídos da situação colonial:

“Por outro lado, assim que, nas colônias, por exemplo, surgem circunstâncias adversas que impedem a criação do exército industrial de reserva e, com ele, a dependência absoluta da classe trabalhadora em relação à classe capitalista, o capital, juntamente com seu Sancho Pança dos lugares-comuns [o economista político], rebela-se contra a lei “sagrada” da oferta e demanda e tenta dominá-la por meios coercitivos.”¹³

Na quarta parte do capítulo, antes de enunciar a “lei geral”, com a qual iniciamos esta seção, Marx apresenta sua conhecida taxionomia das “diferentes formas de existência” da “superpopulação relativa”. São basicamente três formas: flutuante, latente e estagnada. A primeira forma corresponderia ao fluxo contínuo de atração e repulsão dos trabalhadores nos “centros da indústria moderna – fábricas, manufaturas, fundições e minas etc.”¹⁴ A segunda forma, latente, corresponde à constante disponibilidade de trabalhadores do campo, “liberados” (proletarizados) pelo avanço da agricultura propriamente capitalista, gerando tanto uma superpopulação latente no próprio campo, cujo fluxo para os centros urbanos acaba por ser - quando possível - uma compulsão fortíssima, diante dos baixíssimos salários e do pauperismo rurais. Por fim, a terceira categoria - estagnada - é composta pelo setor ativo da classe trabalhadora que ocupa as ocupações mais irregulares, como o trabalho domiciliar, por jornada, etc.

Marx acrescenta a essas três formas um “sedimento mais baixo”, que habita o “pauperismo”. Também o pauperismo é por ele dividido em três categorias: aptos a trabalhar; órfãos e filhos de

¹² Ibidem, pp. 715-716.

¹³ Ibidem, p. 716.

¹⁴ Ibidem, p. 716.

indigentes (candidatos ao exército industrial de reserva); e, em terceiro lugar, os “degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho”. Tais camadas de pauperismo são, entretanto, distintas do lumpemproletariado (categoria que Marx havia tratado politicamente em sua trilogia sobre a França pós-1848), aqui apresentado de uma forma mais “ocupacional” como os “vagabundos, delinquentes, prostitutas”.¹⁵

Os comentaristas em geral destacam essas “taxionomias” da “superpopulação relativa” e de seus sedimentos *paupers* e procuram relacioná-las a situações concretas do mercado de trabalho capitalista, o que é interessante (e de certa forma também o faremos na sequência deste texto). Cabe, entretanto, chamar a atenção que Marx não apresenta uma classificação nem de extratos distintos da classe trabalhadora, nem tampouco de parcelas homogêneas e estáveis dessa classe. Pelo contrário, destaca que tais formas (ou experiências, poderíamos dizer) são parte constitutiva da “existência” - como ressalta no título da seção - da classe, uma existência dinâmica, em que os trabalhadores individualmente podem viver várias dessas experiências ao longo de uma vida. Assim, a forma estagnada da superpopulação relativa constitui, segundo ele, “ao mesmo tempo, um elemento da classe trabalhadora que se reproduz e se perpetua a si mesmo e participa no crescimento total dessa classe numa proporção maior que os demais elementos”.¹⁶

É nesse ponto do capítulo que Marx expõe a “lei geral, absoluta, da acumulação” já citada e a explica também por uma outra formulação, plena da linguagem dialética que impregna a forma de exposição em *O Capital*:

“A lei segundo a qual uma massa cada vez maior de meios de produção, graças ao progresso da produtividade do trabalho social, pode ser posta em movimento com um dispêndio progressivamente decrescente de força humana, é expressa no terreno capitalista – onde não é o trabalhador quem emprega os meios de trabalho, mas estes o trabalhador – da seguinte maneira: quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre seus meios de ocupação, e tanto mais precária, portanto, a condição de existência do assalariado, que consiste na venda da própria força com vistas ao aumento da riqueza alheia ou à autovalorização do capital. Em sentido capitalista, portanto, o crescimento dos meios de produção e da produtividade do trabalho num ritmo mais acelerado do que o da população produtiva se expressa invertidamente no fato de que a população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de valorização do capital.”¹⁷

¹⁵ Ibidem, p. 719.

¹⁶ Ibidem, p. 718.

¹⁷ Ibidem, p. 720.

Em todo o texto, e particularmente nesse momento em que discute a fundo a superpopulação relativa, Marx afirma que os ajustes que o capital promove para adequar a força de trabalho a suas necessidades, resultam na “miséria de camadas cada vez maiores do exército ativo de trabalhadores”.¹⁸ E se a “miséria” ali discutida é, indiscutivelmente, uma miséria absoluta, ela não se anula nas situações em que os salários eventualmente se elevam, pois sua manifestação como miséria relativa (relacionada aqui diretamente ao mecanismo da alienação/fetichismo explicado no primeiro capítulo do livro e às formas de extração da mais valia desenvolvidas nos capítulos seguintes) é insuperável no interior da lógica da acumulação capitalista. Assim:

“no interior do sistema capitalista, todos os métodos para aumentar a força produtiva social do trabalho aplicam-se à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, fazendo dele um ser parcial, degradam-no à condição de um apêndice da máquina, aniquilam o conteúdo de seu trabalho ao transformá-lo num suplício, alienam ao trabalhador as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a tal processo se incorpora a ciência como potência autônoma, desfiguram as condições nas quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao despotismo mais mesquinho e odioso, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho [...]. Mas todos os métodos de produção do mais-valor são, ao mesmo tempo, métodos de acumulação, e toda expansão da acumulação se torna, em contrapartida, um meio para o desenvolvimento desses métodos. Segue-se, portanto, que à medida que o capital é acumulado, a situação do trabalhador, seja sua remuneração alta ou baixa, tem de piorar.”¹⁹

A última e mais longa seção do capítulo é dedicada a apresentar “ilustrações” da lei geral, a partir da recuperação de um conjunto enorme de informações sobre a história (especialmente a mais recente, relativamente ao momento da escrita do livro) das relações de trabalho capitalistas na Grã-Bretanha. Abordando a Inglaterra, Marx mergulha fundo em relatórios de comissões sanitárias, livros de contas do Estado e muitas outras fontes, para demonstrar como os setores mais pauperizados (a superpopulação estagnada se assim quisermos) da classe trabalhadora vivem em condições sub-humanas. Mas, demonstra também como os setores melhor remunerados da classe, em momentos de crise, como a vivida nos anos imediatamente anteriores à publicação de *O Capital*, podem também - perdendo seus empregos (como superpopulação flutuante) - cair na mais absoluta pobreza. Pobreza que é ainda mais dura entre os trabalhadores agrícolas (sempre prontos ocupar os postos menos remunerados do trabalho assalariado, como superpopulação latente).

¹⁸ Ibidem, p. 720.

¹⁹ Ibidem, pp. 720-721.

O ápice das “ilustrações” vem com a recuperação feita por Marx da situação irlandesa, após a grande fome, em meio aos constantes fluxos de imigração (especialmente para a Inglaterra e cada vez mais para os EUA) e diante de um pauperismo extremo da maioria da população. Um quadro criado e agravado pelo papel da Irlanda como área de expansão da agricultura capitalista sob o influxo dos interesses ingleses. Conforme Marx:

“com a queda da massa populacional, subiram continuamente a renda da terra e os lucros dos arrendatários, embora estes não de maneira tão constante quanto aquela. A razão é facilmente compreensível. Por um lado, com a fusão dos arrendamentos e a transformação de lavouras em pastagens, uma parte maior do produto total se converteu em mais-produto. O mais-produto cresceu, embora o produto total, do qual ele é uma fração, tenha diminuído. Por outro lado, o valor monetário desse mais-produto cresceu ainda mais rapidamente do que sua massa, por causa do aumento que nos últimos vinte anos, e principalmente na última década, sofreram no mercado inglês os preços da carne, da lã etc. [...] Ainda que com a massa populacional também tenha diminuído a massa dos meios de produção empregados na agricultura, a massa de capital nela empregada aumentou, já que uma parte dos meios de produção antes dispersos foi transformada em capital.”²⁰

Como se vê, uma situação que desafia de forma definitiva qualquer tentativa de explicação/solução da questão Irlandesa baseada em cálculos de crescimento/decrécimo da população, nos moldes dos economistas políticos. Afinal a Irlanda perdeu, desde os anos 1840, milhões de habitantes, pela fome e pela imigração que aumentou daí em diante. Trata-se de, nas palavras de Marx, um “processo como a economia ortodoxa não o poderia desejar mais formoso para manter em pé seu dogma, segundo o qual a miséria deriva da superpopulação absoluta e o equilíbrio é restabelecido mediante o despovoamento.” Porém, a imigração, que sempre fez da Irlanda um acampamento avançado do exército industrial de reserva para o capitalismo britânico e que agora crescia exponencialmente em direção aos Estados Unidos, reduzindo significativamente a população, não representou nem prejuízo para o capital - demandando cada vez menos trabalhadores agrícolas - nem para a riqueza do país de uma forma geral, mas esteve longe de significar uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores que lá permaneceram, que justamente por isso emigravam em massa. A explicação desenvolvida por Marx combina vários fatores:

“Em 1846, a fome liquidou, na Irlanda, mais de um milhão de pessoas, mas só pobres-diabos. Não acarretou o menor prejuízo à riqueza do país. O êxodo ocorrido nas duas décadas seguintes, e que ainda continua a aumentar, não dizimou, como foi o caso na Guerra dos Trinta Anos, junto com os homens, seus meios de produção. O gênio irlandês inventou um método totalmente novo para transportar, como por obra de encantamento, um povo pobre a uma distância de milhares de milhas do cenário de sua miséria. A cada ano, os emigrantes assentados nos Estados Unidos enviam dinheiro para casa, meios que possibilitam a viagem dos que ficaram para trás. Cada

²⁰ Ibidem, p. 775.

tropa que emigra este ano atrai outra tropa, que emigrará no ano seguinte. Em vez de custar algo à Irlanda, a emigração constitui, assim, um dos ramos mais rentáveis de seus negócios de exportação. Ela é, por fim, um processo sistemático, que não se limita a furar um buraco transitório na massa populacional, mas que dela extrai anualmente um número maior de pessoas do que aquele repostado pelos nascimentos, de modo que o nível populacional absoluto cai a cada ano.”²¹

Marx concentrou a maior parte de seu esforço de análise empírica, ao longo de todo *O Capital*, sobre o caso inglês, escolhido justamente por ser o primeiro e, naquela época, mais avançado pólo da expansão capitalista em seus moldes industriais. Ao abordar a Irlanda no Capítulo XXIII, entretanto, acaba por avançar algumas considerações fundamentais para o entendimento do caráter desigual do avanço do capitalismo em escala internacional. Uma temática que deveria ter sido objeto mais detido da escrita de Marx em escritos posteriores, como se observa em seus planos para escrever, entre outros, os volumes sobre o comércio internacional e sobre o mercado mundial e as crises.

Cabe agora tomar o capítulo XXIII por outro ângulo e observar o quanto ele é rico para ilustrar o método de pesquisa e redação de Marx. Nele está contida exemplarmente a dinâmica de Marx ao construir sua análise em contraposição à economia política clássica, da qual partiu e à qual superou. Os economistas anteriores são citados para mostrar até onde avançaram (vide o tributo prestado a Bernard de Mandeville, “homem honesto e cérebro lúcido”,²² quando analisa a relação entre a acumulação de capital e a multiplicação do proletariado). Mas, também são constante alvo da ferina mordacidade de Marx, que não se cansa de apontar os limites de suas análises, neste capítulo particularmente no que tange a sua tentativa de aplicar uma “lei universal” da população, relacionando o crescimento/controlado demográfico à produção e trabalho, sem perceber que não há “leis universais”, elas são históricas, e o capitalismo possui uma forma própria de responder às oscilações demográficas, sempre em favor da acumulação e em detrimento dos trabalhadores. Os limites da economia política para perceber a historicidade do capitalismo seriam decorrentes especialmente, como Marx demonstra mais de uma vez nesse capítulo, de seu papel como “Sancho Pança dos lugares comuns” e “sicofanta” do capital,.

No prefácio à segunda edição alemã de *O Capital*, ao demonstrar a diferença entre seu método dialético e o de Hegel (apesar do uso proposital de uma linguagem hegeliana em partes do livro), Marx distingue “o modo de exposição segundo sua forma, do modo de investigação”. Segundo ele, “a investigação tem que se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas

²¹ Ibidem, pp. 775 e 776.

²² Ibidem, p. 692.

de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real.”²³

No capítulo XXIII isso fica muito evidente. A parte final é apresentada como “ilustração” da “lei geral, absoluta, da acumulação”, que como vimos não é em absoluto a-histórica e, como todas as demais leis apresentadas em *O Capital*, é uma lei de tendência (podendo portanto ser obstada por diversas contra-tendências). No entanto, o que na exposição aparece ao fim como ilustração, por certo foi um ponto importante do percurso investigativo, que permitiu a Marx chegar a algumas de suas conclusões.

Por isso, o capítulo revela que Marx não teria chegado a suas elaborações mais sofisticadas sem ter passado tantos anos enfiado na British Library, consultando compulsivamente não apenas a bibliografia econômica, mas também toda e qualquer fonte primária que lhe caísse às mãos. Em carta a S. Meyer, datada de 30 de abril de 1867, quando havia acabado de entregar os originais do Livro I para seu editor, Marx afirma (em implícita referência ao capítulo XXIII) que, “ao lado da exposição científica geral, eu descrevo em grande detalhe, a partir de fontes até agora não utilizadas, a condição do proletariado agrícola e industrial britânico durante os últimos 20 anos, do mesmo modo para as condições Irlandesas.”²⁴

Revela também porque foi tão importante para Marx postergar ainda mais a finalização de sua obra para observar melhor a dinâmica da crise capitalista iniciada em 1866 e mencionada no texto, especialmente por permitir-lhe desenvolver uma arguta análise (acompanhada de genuína indignação) sobre os efeitos da crise sobre os trabalhadores, inclusive os de salários maiores.

Um capítulo enfim, que ajuda na compreensão do “método” de Marx.²⁵ Vimos o quanto é importante no argumento do capítulo a crítica de Marx à “lei universal da população” típica da economia política. A população foi justamente o exemplo que Marx escolheu, alguns anos antes (1857-58), para introduzir a explicação sobre o método que acreditava ser necessário para entender a lógica do capital, na famosa Introdução dos manuscritos que viriam a ser conhecidos como *Grundrisse*. Na famosa passagem, ressalta:

²³ Ibidem, p. 90.

²⁴ Karl Marx & Frederick Engels, *Selected Correspondence*, Moscow, Progress, 1965, p. 185.

²⁵ Para análises mais amplas do “método” de Marx, ver José Paulo Netto, *Introdução ao estudo do método de Marx*, São Paulo, Expressão Popular, 2011. E Eurelino Coelho, A dialética na oficina do historiador: ideias arriscadas sobre algumas questões de método, *História e Luta de Classes*, no. 9, Junho de 2010.

“Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. P. ex., trabalho assalariado, capital etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço, etc. O capital, p. ex., não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. Por isso se eu comesse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos cada vez mais finos, até que tivesse chegado Às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações.”²⁶

Mais do que a coincidência do exemplo da população, que nos *Grundrisse* também é utilizado para estabelecer a crítica ao método tradicional da economia política, o capítulo XXIII ilustra o método de Marx justamente por chegar (após a sua “viagem de retorno”) a uma síntese da realidade histórica concreta - nesse caso a situação da classe trabalhadora frente ao processo de acumulação capitalista. No caminho, Marx desenvolveu um conjunto de abstrações teórico-conceituais - os processos de concentração e centralização do capital, a lei geral da acumulação, as formas da superpopulação relativa etc. - que permitiu-lhe explicar a dinâmica relacional de tal realidade material. A síntese intelectual, entretanto, não é o ponto de partida, mas a forma de representação intelectual da “rica totalidade de muitas determinações” que constitui a realidade material. Assim, continuando a citação clássica: “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade na diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo.”²⁷

II- Trabalho e trabalhadores do mundo hoje, à luz de Marx

Em 1950, apenas 30% da população mundial habitava as cidades. Em 2014, 54% do total de habitantes do mundo vive nos centros urbanos.²⁸ Tal mudança aceleradíssima para os padrões históricos da vida humana na terra, indica uma intensificação absurda do processo de proletarização nos últimos anos. Afinal, embora cresça também no campo a conversão ao assalariamento, a principal

²⁶ Karl Marx, *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços de crítica da economia política*, São Paulo, Boitempo/EdUFRJ, 2011, p. 54.

²⁷ *Ibidem*, p. 54.

²⁸ <http://esa.un.org/unpd/wup/Highlights/WUP2014-Highlights.pdf>

razão da migração campo-cidade é a expropriação completa daqueles que ainda encontravam meios de sobreviver principalmente do seu (e de sua família) trabalho agrícola, graças à propriedade ou posse de pequenos lotes de terra.

A urbanização, como se sabe, é mais antiga e consolidada nos países que viveram mais cedo o processo de industrialização, no Hemisfério Norte, considerados mais “desenvolvidos” e mais recente e “agressiva” nos países do Hemisfério Sul, em que a industrialização é relativamente tardia e a produção interna de riquezas é menor. Tal diferenciação é fundamental para explicar determinados padrões demográficos que se refletem na composição da força de trabalho. No mundo como um todo, o percentual da força de trabalho (entendida como os empregados, desempregados à procura de emprego e aqueles que procuram emprego pela primeira vez; e excluídos os trabalhadores não pagos, o trabalho familiar e os estudantes) no total da população, declinou de 52,1% em 1990, para 50,2% em 2011. Nos países que o Banco Mundial define como de “baixo rendimento”, entretanto, o percentual da força de trabalho na população é bem maior e houve um crescimento no mesmo período de 68,5% para 68,7%.²⁹

Dados do Banco Mundial indicam que o número de pessoas empregadas no mundo cresceu no período recente. Eram 2.290.000 os postos de trabalho ocupados em 2000 e 3.114.000 em 2013.³⁰ Tal crescimento, porém, é, por certo, insuficiente para absorver todos os trabalhadores que chegam anualmente ao mercado de trabalho em busca do primeiro emprego, 40 milhões por ano, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT),³¹ além daqueles que estão desempregados.

Segundo o Banco Mundial, em 2013, como vimos, mais de 3 bilhões de pessoas eram empregadas, “mas a natureza de seus empregos varia fortemente.” Dessas, 1,65 bilhões recebiam salários regulares, outros 1,5 bilhões trabalhavam na agricultura e em pequenas empresas familiares. “A maioria dos trabalhadores nos países mais pobres estavam vinculados a esses tipos de de trabalho”. Além de cerca de 200 milhões de desempregados, o relatório também aponta para o fato de que aproximadamente 2 bilhões de pessoas (uma parte desproporcional delas composta por jovens) não estão mais procurando emprego.³²

²⁹ <http://datatopics.worldbank.org/jobs/topic/employment>

³⁰ <http://datatopics.worldbank.org/jobs/>

³¹ OIT, *World employment and social outlook 2015: The changing nature of jobs*, Geneva: ILO, 2015, p. 13.

³² <http://data.worldbank.org/topic/labor-and-social-protection>, consultado em julho de 2015.

De acordo com um relatório recente da Organização Internacional do Trabalho, o total de desempregados no mundo, estimado em 201 milhões de pessoas em 2014,³³ é superior em 30 milhões maior ao total no início da nova fase da crise capitalista em 2008. Mais revelador é o dado de que cerca de 50% do emprego no mundo é assalariado, mas em regiões como a África Sub-Sahariana e o Sul Asiático, esse percentual cai a 20%. Além disso, estimava-se em menos de 45% o total de assalariados regulares, sendo quase 60% contratados em empregos temporários ou de tempo parcial. Entre esses trabalhadores “precários”, as mulheres são maioria significativa.³⁴

Por um lado, o relatório afirma que: “em resumo, o modelo do emprego padrão [estável e de tempo integral] é cada vez menos representativo do mundo do trabalho atual, pois menos de um em cada quatro trabalhadores está empregado em condições correspondentes a esse modelo”. Por outro lado, no que concerne à “produtividade” do trabalho, o mesmo documento constata uma “crescente divergência entre os ganhos do trabalho e a produtividade, com a última crescendo mais rápido que os salários na maior parte do mundo”.³⁵

Essa rápida e um tanto caótica recuperação de informações sobre o trabalho no mundo hoje pode ganhar maior riqueza de análise se sobre ela refletirmos à luz de algumas abstrações teóricas apresentadas por Marx no capítulo XXIII de *O capital*, quem sabe apreendendo algumas das múltiplas determinações que compõem a realidade concreta do mundo do trabalho atual. Algumas reflexões desenvolvidas por outros autores podem nos ajudar.

Se apenas em 2007 a população urbana ultrapassou a população rural e o ritmo de urbanização continua acelerando-se em escala vertiginosa, estamos diante de um contínuo processo de expropriações de trabalhadores agrícolas, transformados em superpopulação relativa “latente”. Refletindo sobre a configuração atual da lógica do capital - por ela tratada como “capital-imperialismo” - Virgínia Fontes destacou a especificidade do peso das expropriações nessa configuração:

“Menos, portanto, que um retorno a formas arcaicas, as novas expropriações (somadas à permanência das expropriações primárias) demonstram que, para a existência do

³³ Ver OIT, *World employment and social outlook 2015: The changing nature of jobs*, Geneva: ILO, 2015, p. 13. Segundo o Banco Mundial, a taxa de desemprego global em 2013 era de 6%. Ver <http://data.worldbank.org/topic/labor-and-social-protection>, consultado em julho de 2015.

³⁴ OIT, *World employment*, p. 13.

³⁵ *Ibidem*, p. 13

capital e sua reprodução, é necessário lançar permanentemente a população em condições críticas, de intensa e exasperada disponibilidade ao mercado.”³⁶

Embora fazendo referência mais direta ao capítulo XXIV - sobre a “assim chamada acumulação primitiva” -, a análise de Fontes é totalmente compatível com o debate do capítulo anterior de *O capital*. Especialmente no que tange à relação necessária entre acumulação capitalista e ampliação do processo de proletarização.

Uma outra análise recente sobre o capitalismo contemporâneo explicita o objetivo de explicar a dinâmica atual de precarização das relações laborais em escala planetária à luz das elaborações do capítulo XXIII. Refiro-me ao trabalho de John Foster e Robert McChesney, sobre a crise capitalista, que em um capítulo sobre “o exército global de reserva e o novo imperialismo”, procuram analisar a dinâmica atual da relação entre expansão do capital multinacional e a “grande mudança global do emprego”, com a expansão do trabalho para o mercado no Sul do Globo, em comparação com a percepção de seu relativo encolhimento ao Norte.³⁷

Segundo esses dois autores, a expansão da força de trabalho global disponível para o capital nas últimas décadas é resultado principalmente de dois processos:

“(1) a descampezinação de uma larga porção da periferia global através do agronegócio - removendo camponeses da terra, com a conseqüente expansão da população das favelas urbanas; e (2) a integração da força de trabalho dos países do antigo “socialismo realmente existente” à economia mundial capitalista.”³⁸

Apresentando dados que mostram como a participação do Sul global no total do emprego industrial cresceu dramaticamente de 51% em 1980 para 73% em 2008, os autores tentam explicar a correlação entre a concentração do controle corporativo do mercado e dos lucros pelo grande capital com a os “salários abissalmente baixos e a crônica insuficiência de emprego produtivo” na base do sistema. Seu argumento central, que desenvolvem através do arsenal conceitual disponibilizado por Marx no capítulo XXIII - chamando atenção para as indicações de Marx de que sua análise ali desenvolvida para a Grã-Bretanha poderia ser expandida a um nível mundial, combinada à preocupação marxiana com as trocas desiguais -, é o seguinte:

³⁶ Virgínia Fontes, *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*, Rio de Janeiro, EdUFRJ/EPSJV, 2010, p. 47.

³⁷ John Foster & Robert McChesney, *The endless crisis: how monopoly-finance capital produces stagnation and upheaval from the USA to China*, New York, Monthly Review Press, 2012.

³⁸ *Ibidem*, p. 127.

“a chave para o entendimento dessas mudanças no sistema imperialista (para além da análise das corporações multinacionais em si ...) é encontrada no crescimento do exército global de reserva (...). Não apenas o crescimento da força de trabalho capitalista global (incluindo o exército de reserva disponível) alterou radicalmente a posição do trabalho do terceiro mundo, mas ele também teve um efeito no trabalho das economias mais ricas, onde os níveis salariais estão estagnados ou declinantes por essa e outras razões. Em todo lugar as corporações multinacionais foram capazes de aplicar uma política de dividir-e-dominar, alterando as posições relativas do trabalho e do capital mundialmente.”³⁹

Por certo que a análise de Foster e McChesney, tomando por base o capítulo XXIII, é um excelente ponto de partida para entendermos os dados antes apresentados sobre a dinâmica global do emprego e desemprego. O recurso às análises de Marx no mesmo capítulo também nos permite explicar de forma mais satisfatória o aparente descompasso apontado pela OIT através da constatação de uma “crescente divergência entre os ganhos do trabalho e a produtividade, com a última crescendo mais rápido que os salários na maior parte do mundo”. Mais que um descompasso, essa é a própria lógica sistêmica da acumulação capitalista que Marx explica naquele capítulo.

Também via capítulo XXIII é possível dimensionar melhor as explicações para o fato, constatado pela mesma OIT, de que “o modelo do emprego padrão [estável e de tempo integral] é cada vez menos representativo do mundo do trabalho atual”. Podemos dizer que nada há de totalmente novo nisso, pois no século XIX, estudado por Marx, o emprego precário representava o padrão. Nesse caso, o que cabe questionar é se o que agora se toma como “padrão” nesses documentos e no senso comum sociológico contemporâneo não é uma excessão: o modelo de emprego (estável, de tempo integral, protegido por direitos trabalhistas e sociais e relativamente “pleno”) dominante nas sociedades capitalistas mais “avançadas” do Norte durante os 30 anos que se seguiram ao fim da II Guerra Mundial. Aquela situação excepcional, decorrente de condições historicamente específicas da luta de classes após a revolução socialista de 1917 na Rússia, não se generalizou jamais pelo mundo todo. Em grande medida, aliás, só foi possível por conta das “trocas desiguais” características da dinâmica imperialista. E tão logo uma nova dinâmica de crise capitalista se instaurou nos anos 1970, tal excepcionalidade começou a ser erodida, processo que se acelerou após a derrubada dos regimes do “socialismo realmente existente” do Leste europeu, a partir de 1989. Uma derrocada precedida, também é importante destacar, por derrotas importantes de movimentos de resistência dos trabalhadores organizados do Norte ao ataque as suas conquistas no plano do “bem estar social” (como o ilustram as greves derrotadas dos controladores aéreos nos EUA, em 1981, e dos mineiros de carvão na Grã-Bretanha, em 1984-1985).

³⁹ Ibidem, p. 129.

Se esse é o caso, e me parece que é, o capítulo XXIII de *O capital* auxilia-nos ainda a descartar, com maior rapidez e pertinência, as teses que associam tal alteração do “padrão” do emprego a um suposto declínio (ou mesmo fim para alguns) do trabalho assalariado “típico” e da própria classe trabalhadora.⁴⁰ Afinal, conforme destacamos anteriormente, a análise de Marx no capítulo XXIII permite discernir melhor a contraditória dinâmica através da qual a acumulação capitalista depende sempre de um processo de incessante transformação de grupos humanos em massas proletarizadas, embora tenda a gerar uma superpopulação relativa também crescente, assim como um pauperismo (absoluto e/ou relativo) que tende a agravar a chamada “questão social”. Assim, só mesmo uma perspectiva eurocêntrica, que toma como regra na definição da classe trabalhadora a excessão do período dos 30 “anos gloriosos” - possibilitada pela ação de contratendências político-sociais à “lei geral da acumulação” - pode obliterar o destaque conferido por Marx ao fato de que as formas da superpopulação relativa não são exteriores à classe trabalhadora, mas sim parte constitutiva da sua própria “existência” como classe.

Poderíamos recorrer ao capítulo 23 para discutir outros problemas da atual configuração das relações entre trabalho e capital, como por exemplo o das condições de vida dos trabalhadores. Por exemplo, os dados revoltantes sobre pobreza, fome, favelização etc. do mundo atual podem ser iluminados pelas análises e “ilustrações” de Marx a respeito das condições da classe trabalhadora britânica nas décadas de 1840 a 1860. Tal exercício, entretanto, fugiria aos limites deste texto.

⁴⁰ Analisei com maior vagar e polemizei contra teses nessa direção em diversos artigos, entre os quais destaco Marcelo Badaró Mattos, “Trabalho, classe trabalhadora e o debate sobre o sujeito histórico ontem e hoje”, In Renake Neves (org.), *Trabalho e emancipação*, Rio de Janeiro, Consequência, 2015. (Coleção Niep-Marx, volume I)